J.P.Morgan

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

C.N.P.J. nº 33.851.205/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do semestre findo em 30 de junho de 2014, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a DTVM apresentou um lucro de R$ 36.422 mil, correspondente a R$ 728,44 por ação, sendo que no segundo semestre de 2013 apresentou lucro de R$ 17.033 mil. Em 30 de junho de 2014 o valor patrimonial por ação atingiu R$ 3.690,96 com aumento de 24,59% em relação ao semestre anterior.

São Paulo, 08 de agosto de 2014

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2014	2013
Circulante	1.339.132	1.173.144
Disponibilidades	116	99
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	1.334.567	1.139.166
Aplicações no mercado aberto	-	1.084.413
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.334.567	54.753
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	-	30.595
Carteira própria	-	30.595
Outros créditos (Nota 7)	4.416	3.225
Rendas a receber	2.918	2.771
Diversos	1.498	454
Outros valores e bens	33	59
Despesas antecipadas	33	59
Realizável a longo prazo	60.644	54.821
Outros créditos (Nota 7)	60.644	54.821
Diversos	60.644	54.821
Permanente	50	36
Investimentos	1	1
Outros investimentos	1	1
Imobilizado de uso	49	35
Outras imobilizações de uso	59	37
Depreciações acumuladas	(10)	(2)
Total do ativo	1.399.826	1.228.001

Passivo	2014	2013
Circulante	1.195.596	1.049.473
Outras obrigações (Notas 7 e 8)	1.195.596	1.049.473
Fiscais e previdenciárias	53.545	15.569
Negociação e intermediação de valores	1.137.613	1.028.890
Diversas	4.438	5.014
Exigível a longo prazo	19.682	47.435
Outras obrigações (Nota 7)	19.682	47.435
Fiscais e previdenciárias	19.141	46.914
Diversas	541	521
Patrimônio líquido (Nota 11)	184.548	131.093
Capital social	134.104	104.104
De domiciliados no país	104.104	65.104
Aumento de capital	30.000	39.000
Reservas de capital	2.584	2.584
Reservas de lucros	13.259	7.144
Lucros acumulados	34.601	17.261
Total do passivo e patrimônio líquido	1.399.826	1.228.001

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014	2013
Receitas de intermediação financeira	58.530	42.730
Resultado com operações de títulos e valores mobiliários	58.530	42.730
Resultado bruto da intermediação financeira	58.530	42.730
Outras receitas (despesas) operacionais	2.181	(7.180)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14 (a))	16.744	14.800
Despesas de pessoal	(6.330)	(4.353)
Despesas administrativas (Nota 14 (b))	(5.416)	(3.638)
Despesas tributárias	(3.662)	(2.805)
Outras receitas operacionais (Nota 14 (c))	2.301	921
Outras despesas operacionais (Nota 14 (d))	(1.456)	(12.105)
Resultado operacional	60.711	35.550
Resultado antes da tributação sobre o lucro	60.711	35.550
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10)	(24.289)	(17.381)
Provisão para imposto de renda	(15.417)	(11.367)
Provisão para contribuição social	(9.257)	(6.827)
Ativo fiscal diferido	385	813
Lucro líquido do semestre	36.422	18.169
Quantidade de ações	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do semestre - R$	728,44	363,38

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros			
	Capital	Aumento de capital	Subvenção para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2012	65.104	-	2.584	-	5.272	39.964	-	112.924
Aumento de capital (Nota 11)	-	39.000	-	-	-	(39.000)	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	210	-	-	-	210
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	(210)	-	-	-	(210)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	18.169	18.169
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	-	908	-	(908)	-
Em 30 de junho de 2013	65.104	39.000	2.584	-	6.180	964	17.261	131.093
Em 31 de dezembro de 2013	104.104	-	2.584	-	7.032	34.406	-	148.126
Aumento de capital (Nota 11)	-	30.000	-	-	-	(30.000)	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	343	-	-	-	343
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	(343)	-	-	-	(343)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	36.422	36.422
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	-	1.821	-	(1.821)	-
Em 30 de junho de 2014	104.104	30.000	2.584	-	8.853	4.406	34.601	184.548

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

	2014	2013
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	36.426	18.171
Lucro líquido do semestre	36.422	18.169
Ajuste ao lucro líquido:	4	2
Depreciações	4	2
Variação de ativos e obrigações	(785.754)	644.447
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.277.377)	398.909
Redução em T.V.M.	6.468	58.724
Aumento em outros créditos	(2.701)	(9.616)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	141	(59)
Aumento em outras obrigações	521.499	230.645
Imposto de renda e contribuição social pagos	(33.784)	(34.156)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais	(749.328)	662.618
Atividades de investimento		
Aquisição de outros imobilizados de uso	(11)	(36)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(11)	(36)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(749.339)	662.582
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	749.455	421.930
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	116	1.084.512
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(749.339)	662.582

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram aprovadas pela Administração em 08 de agosto de 2014. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado -** É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários -** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo -** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo -** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(e) Permanente -** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, 10%. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727/08. O ativo e o passivo fiscal diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2014, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de crédito tributário e passivo fiscal diferido de IR e CSLL, respectivamente. Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que alterou a legislação tributária relativamente ao IRPJ, à CSLL, ao PIS e à COFINS. Tal lei dispôs sobre a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a tributação dos ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos na legislação societária em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais da contabilidade. A adoção das novas regras é facultativa para o ano de 2014, devendo ser formalizado em agosto de 2014 de acordo com a Instrução Normativa nº 1.478 de 2014. A instituição está aguardando a regulamentação da lei a fim de decidir de forma fundamentada. Em uma avaliação preliminar efetuada com base na informação já disponível, não haverá impactos relevantes para a instituição. **(h) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas -** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN em 30 de junho de 2011, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R$ 116 (2013 – R$ 99) e, em 2013, aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R$ 1.084.413 (Nota 5). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R$ 1.334.567 (2013 – R$ 1.139.166) sendo esse valor referente a aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em julho de 2014 (2013 – R$ 54.753, com vencimento em janeiro de 2014). Em junho de 2013, havia R$ 1.084.413 referente a aplicações em operações compromissadas - posição bancada. **6. Títulos e valores mobiliários:** Em 30 de junho de 2014 não havia posição de TVM. A posição em 30 de junho de 2013 era representada por LFT, no montante de R$ 30.595 com vencimento de 3 a 12 meses. **7. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R$ 53.191 (2013 - R$ 48.360) (Nota 9 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 8.047 (2013 – R$ 6.732) (Nota 10). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", refere-se, principalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R$ 20.562 (2013 - R$ 15.157) e provisões para obrigações legais relativas a questionamentos judiciais no montante de R$ 51.203 (2013 - R$ 46.914) (Nota 9 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" estão representadas, principalmente, por provisão para pagamentos a efetuar no valor de R$ 4.409 (2013 – R$ 5.405). **8. Negociação e intermediação de valores:** "Negociação e intermediação de valores" referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R$ 1.137.613 (2013 – R$ 1.028.890), em decorrência do serviço de custódia prestado por esta entidade. **9. Passivos contingentes e obrigações legais:** A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária e trabalhista, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais e previdenciárias	53.191	48.360	51.203	46.914
Total	**53.191**	**48.360**	**51.203**	**46.914**

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias Obrigações legais - 2014	Total - 2013
Saldo inicial	**49.842**	**44.045**
Despesas financeiras - juros	1.423	882
Constituições - principal	-	1.987
Antecipações - Anistia	(62)	-
Saldo final	**51.203**	**46.914**

10. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2014	2013
Contingências fiscais	6.476	5.826
Provisão de honorários advocatícios	590	544
Provisão para participações nos lucros	515	233
Unidade de ações restritas - RSU	112	121
RTT	337	-
Outros	17	8
Total de créditos tributários - ativo	**8.047**	**6.732**

No semestre foi constituído crédito tributário de R$ 478 (2013 - R$ 820), tendo sido realizado R$ 93 (2013 - R$ 7) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R$ 8.047 é estimada em 90% ao ano no 1º ano, 1% do 2º ao 9º ano e 2% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R$ 6.920 (2013 - R$ 3.167). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2014 e 2013.

O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2014	2013
Resultado antes do IR e CSLL	60.711	35.550
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(24.284)	(14.219)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(17)	(3.178)
Outros	12	16
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(5)	(3.162)
Total da Despesa de IR e CSLL no semestre	**(24.289)**	**(17.381)**

11. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de abril de 2013, foi aprovado o aumento do capital no montante de R$ 39.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária, sem a emissão de novas ações, aprovado pelo BACEN em 05 de julho de 2013. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento do capital no montante de R$ 30.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária no valor de R$ 30.000, sem a emissão de novas ações. Esse aumento ainda está pendente de autorização do BACEN. A Reserva de Lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. **12. Benefícios: (a) Fundo de Pensão -** A instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão, constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, a instituição contribuiu com R$ 170 (2013 - R$ 170) para o Fundo. **(b) Unidades de ações restritas -** Os funcionários elegíveis da instituição participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs).Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das ações se da em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque – NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão. O montante que transitou no Patrimônio Líquido, no primeiro semestre de 2014, em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos foi de R$ 343 (2013 - R$ 210). O valor do passivo em 30 de junho de 2014, incluindo encargos sociais, é de R$ 470 (2013 - R$ 371). Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R$ 144 (2013 - R$ 154), incluindo os encargos sociais.

13. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan)

	2014		2013	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	**116**	**-**	**99**	**-**
Banco J.P. Morgan S.A.	116	-	99	-
Aplicações em operações compromissadas	**-**	**26.492**	**1.084.413**	**33.354**
Banco J.P. Morgan S.A.	-	26.492	1.084.413	33.354
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**1.334.567**	**32.003**	**54.753**	**7.641**
Banco J.P. Morgan S.A.	1.334.567	32.003	54.753	7.641
Despesas de pessoal	**(372)**	**(45)**	**(276)**	**(116)**
JPMorgan Chase & CO.	(372)	(45)	(276)	(116)
Rendas de prestação de serviços	**2.918**	**16.744**	**2.771**	**14.800**
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	2.901	16.729	2.771	14.800
JP Morgan Overseas Cap. Corp.	17	15	-	-

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **14. Outras informações: (a)** "Receitas de prestação de serviços" referem-se a receitas de serviço de custódia no valor de R$ 16.744 (2013 - R$ 14.800). **(b)** "Despesas administrativas" referem-se principalmente a despesa de aluguel no valor de R$ 1.662 (2013 - R$ 667), despesas de serviços financeiros no valor de R$ 1.028 (2013 - R$ 437) e despesa de serviços técnicos especializados no valor de R$ 960 (2013 - R$ 1.499). **(c)** "Outras receitas operacionais" referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre "Outros créditos - diversos" no valor de R$ 1.479 (2013 - R$ 915). **(d)** "Outras despesas operacionais" referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" de R$ 1.424 (2013 - R$ 882) e, em 2013, despesas de serviços de terceiros no valor de R$ 11.202. **(e)** Em 30 de junho de 2014 os ativos em custódia totalizavam R$ 175.831.452 (2013 - R$ 133.045.814). **(f)** Em 30 de junho de 2014 e 2013, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

A Diretoria

Marianthe Gabriades - Contadora CRC 1SP185296/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis -** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião -** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 12 de agosto de 2014

pwc PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira

Contador CRC 1SP127241/O-0